As agências reguladoras

Oswaldo Evandro Carneiro Martins[*]

1 A reforma

É mister criticar antropologicamente novidades na comunidade política e administrativa do Brasil. Tratar-se-ia daquelas nossas reformas de base de há meio século, ressurrectas numa nova tematização? Não absolutamente, que o período que se lhes seguiu varreu-as de chofre.

Dá ingresso na economia brasileira conceito novo: o de agência reguladora. É ela a síntese da política econômica de um governo que se joga de cabeça no oceano da globalização. E quando se usa a expressão "joga de cabeça", não é isso uma metáfora, porque se alude à vontade conseqüente, consciente, premeditada e confessa dos governantes e parlamentares desta nação auriverde.

Quer-se com as agências reguladoras deixar patente – obviedade e reiteração – que a economia nacional é de mercado, isto é, mercado global, a que se estão subsumindo os mercados nacionais, de modo crescente e inevitável. Ao controle social dos nacionais brasileiros vem sobrepor-se o controle internacional, que se exerce sobre os setores, grupos e unidades econômicos. As organizações financeiras internacionais decidem dos investimentos nos países. Os administradores públicos já não falariam na matéria, mas os próprios empresários com recorrência nessas organizações.

Não importam as peculiaridades de cada caso, mas a reforma do capitalismo encontra e empolga um denominador comum das suas inúmeras contradições concorrenciais. As economias nacionais estão subordinadas ao denominado neste instante

[*] Sócio Efetivo do Instituto do Ceará.

Clube dos Oito – Estados Unidos, Japão, Alemanha, França, Inglaterra, Itália, Canadá e Rússia – do qual o Brasil é tributário, ao lado das demais nações do globo.

Daí as nossas agências reguladoras ou "nacionais".

2 A história

Sabe-se que no Manifesto Comunista (1848) Karl Marx diz que o operariado é, em princípio, nacional.

Este caráter faria do mesmo função do capital, que seria também nacional, em que pese à relativa influência dos empréstimos externos na própria nação, por menos ou mais independente politicamente que esta fosse.

Por outro lado, 85 anos depois, Georg Dimítrov dissera que o fascismo era a brigada de choque do capitalismo. Portanto, este permanecia ainda sob a mesma focalização anterior em termos de nacionalidade.

Quer dizer, os dois não viram nem poderiam ver que a economia se internacionalizaria globalmente. Antes da I Grande Guerra o mecanismo das relações externas não se regulava por um elenco de normas comuns, embora viessem, primeiro, a Liga das Nações e, depois, a Organização das Nações Unidas, presuntivamente defensoras das nações reconhecidas e afiliadas.

As relações entre as nações, povos e países são plenas de complexidades e contradições, que a história registra. Tomem-se, por exemplo, Índia, China, Rússia e Estados Unidos para confirmá-lo, já que são os primeiros em termos políticos, demográficos e geográficos. O que entanto se contasta é a inexistência de nacionalidade que seja simplesmente absorvida por outra ou por outras.

3 A atualidade

A dissuasão do nacionalismo – ostensiva na ideologia marxista e discreta na ideologia burguesa – foi insuficiente. O capitalismo, conquanto tivesse a sua forma financeira denunciada há 85

anos, por Lenin, em *O Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo*, neste instante consuma novo ciclo, em que investiu maciça e desesperadamente nas armas atômicas. Ele assume a chamada globalização, que é o acordo sobre o mercado mundial dominado pelas nações capitalistas mais poderosas – o referido Clube dos Oito – que se unificaram política e economicamente.

Decreta-se o fim do capitalismo de Estado. Cindira o fascismo – economia corporativa, regulamentada e reificada – o sistema capitalista que, dessorado pelos países socialistas, precisou amputar-se desse broto seu, viçoso e perigoso como os chamados ladrões das árvores, mobilizadores e utilizadores que são da seiva em detrimento da planta inteira.

Foi aceita pelo capitalismo essa erradicação. Embora ele se opusesse também ao fundamentalismo muçulmano ou ao populismo socialistóide, amparou aqueles regimes professados por nações atreladas às transnacionais do petróleo. Evidentemente o critério dessa tolerância é a auferição do lucro máximo.

A tônica do imperialismo foram os encargos bélicos, que haviam assumido feição de consumismo político e que dessangraram as economias das nações. Esse caráter de destruição das forças produtivas persiste, mesmo quando Estados Unidos e China estão a discutir acordos de paz, e dificulta a exitosa reintegração ao território chinês de áreas – Hong Kong, Macau, Tibete e Formosa – que em passado menos ou mais remoto lhe foram arrebatadas por violência ou conspiração.

Entretanto, o pacifismo é hoje a idéia que avassala o mundo, na mesma proporção crescente do desenvolvimento das comunicações entre os povos. O turismo se expande internacionalmente e o comércio breca a veleidade nacional de auto-suficiência e isolamento. Todas as pessoas aspiram ao gozo dos bens propiciados pelo progresso técnico, ao conforto, ao lazer e à felicidade. Tudo isso é a negação da guerra e não é casual que se envide um universal esforço de sublimação da competição guerreira, mediante o incremento dos esportes, celebrado quadrienalmente nas olimpíadas.

4 O protecionismo

É certo que o capitalismo se fortaleceu e hoje considera antidemocráticas as nações a que imputa a prática de protecionismo, na qual ele sempre foi vezeiro. Patrulha-se a concessão de incentivos aos produtos que concorrem com os equivalentes de extração imperialista. Às vezes, nem se trata de incentivos oficiais ou oficiosos, mas de naturais vantagens comparativas.

O fascismo, a título de nacionalismo, era protecionista. Ora, essa política comercial é responsável, principalmente em função de subsídios agrícolas, pelo desenvolvimento dos próprios Estados Unidos. Todavia converte-se numa barreira, geralmente contra as exportações, estimulando as economias nacionais ou estatais em detrimento da economia mundial, isto é, não globalizada.

Fazia-se mister, portanto, desestimular tecnicamente nação e Estado. Os Estados foram convencidos, mas as nações resistiram e só agora foram feridas pela globalização. Impuseram o dogma do mercado aos países, abrindo ao capital o mundo inteiro, a economia sob todos os regimes e Estados, o trabalho de todos os povos e nações e a consciência de todas as pessoas. A política de abertura dos portos, que no passado fora compulsão colonialista ou guerra de conquista, se torna persuasão diplomática ou chantagem comercial.

A cultura nacional se descaracteriza sob a invasão dos bens, serviços e hábitos de que a nação é carente e incapaz de produzir, à míngua de condições de competição. Os traços do sistema econômico nacionalmente sedimentados desfiguram-se, refundem-se e amalgamam-se com outros – exóticos, de origem imperialista ou imigrados – e a nacionalidade imerge no cosmopolitismo, no ecletismo e na obliteração.

5 O neocapitalismo

Acena-se, mediante as organizações financeiras internacionais e o capital que lhes corresponde, com o poder acionário das bolsas de valores e o financiamento externo ofertado às nações.